

Sem aumento real: governo define o valor de R\$ 1.067 para o salário mínimo em 21



O governo propôs um salário mínimo de R\$ 1.067 a partir de janeiro de 2021, com pagamento a partir de fevereiro.

O valor consta do projeto da lei orçamentária do ano que vem encaminhado ao Congresso Nacional nesta segunda-feira (31) pelo Ministério da Economia.

O valor proposto pelo governo — que depende de aprovação do Congresso — representa um aumento de R\$ 22 em relação ao salário mínimo atual, de R\$ 1.045.

Também equivale a uma redução de R\$ 12 na comparação com os R\$ 1.079,00 propostos em abril deste ano para 2021.

A explicação para essa queda tem a ver com o fato de o governo prever um aumento somente com base na inflação de 2020.

Como a previsão para a

inflação deste ano recuou, o salário mínimo também terá um reajuste menor.

Em abril, o governo previa que o INPC teria uma alta de 3,27% em 2020, valor que caiu para 2,09% em julho.

A Constituição determina que o salário mínimo tem de ser corrigido, ao menos, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior.

O valor para o salário mínimo de 2021 pode sofrer nova alteração, com base no comportamento da inflação.

De acordo com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 49 milhões de trabalhadores no Brasil.

Na proposta de orçamento enviada ao Congresso nesta segunda-feira, está prevista a correção do salário

mínimo apenas pela inflação, com base na estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Isso quer dizer que não haverá “ganho real”, ou seja, acima da inflação. Mas o poder de compra de quem recebe salário mínimo permanecerá preservado.

Esse formato já foi adotado neste ano, quando a área econômica concedeu reajuste somente com base na inflação de 2019.

Com isso, o governo mudou a política de aumentos reais (acima da inflação) que vinha sendo implementada nos anos anteriores, proposta pela presidente Dilma Rousseff e aprovada pelo Congresso.

Essa política, de reajustes pela inflação e variação do Produto Interno Bruto (PIB), vigorou de 2011 a 2019, mas nem sempre o salário mínimo subiu acima da inflação.

G1/Biznews

Economia



Cartões de crédito em uso no país chegaram a 123 milhões em 2019

Página - 03

PIB do Brasil cai 9,7% no 2º trimestre com efeitos econômicos da pandemia, segundo IBGE

Página - 03



Brasil já tem mais de 8 mil investidores em startups

Página - 04

Radar FintechLab registra um total de 771 fintechs no Brasil

Página - 04

Negócios



Stone aumenta proposta para fusão com a Linx e reduz multas

Página - 08

No Mundo

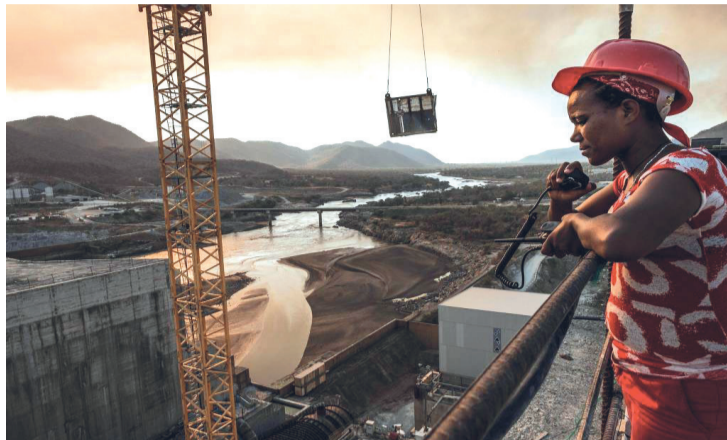
Maior hidrelétrica da África gera temor de ‘guerra da água’ no continente

Um dos maiores astros da música da Etiópia, o cantor Teddy Afro lançou no início de agosto a música “Demo Be Abay”, que, na língua local amárico, significa algo como “se nos desafiarem sobre o Nilo”.

“Quando termina a paciência, mesmo o amor vira chamas”, diz um dos versos da canção em ritmo de reggae, enquanto o vídeo, disponível no YouTube, mostra a força das corredeiras do rio Nilo (chamado de Abay pelos etíopes).

O recado pouco sutil é direcionado ao Egito, e o motivo da tensão é a maior obra em construção no continente africano, solenemente chamada de Grande Represa do Renascimento da Etiópia (Gerd, na sigla em inglês).

Iniciada pela Etiópia em 2011, ao custo de US\$ 4,9 bilhões (R\$ 27,4 bilhões), será a maior hidrelétrica da África e a oitava do mundo, com potência de 6,45 GW, ou



quase meia Itaipu. Seu lago, quando cheio, terá uma área do tamanho do município de São Paulo.

A usina fica no Nilo Azul, um dos braços principais do rio. Ela vem sendo bombardeada desde seu projeto inicial pelo Egito e, em menor escala, pelo Sudão, países que recebem as águas após o trecho etíope.

Os dois países dizem temer uma redução no volume de água que poderia ameaçar sua sobrevivência.

No caso do Egito, chamado há 2.500 anos de “dá-

diva do Nilo” pelo historiador grego Heródoto, estima-se que 90% da população dependa de uma forma ou de outra do rio, seja em razão da agropecuária, do turismo ou do fornecimento de água para casas e indústrias.

Em redes sociais e colunas de jornal, políticos alinhados ao ditador Abdel Fattah al-Sisi têm usado uma retórica belicosa, defendendo até um ataque armado contra a Etiópia e a destruição da represa, cuja estrutura básica ficou pronta em junho.

Fábio Zanini/Folhapress

Bancos chineses se preparam para aumento da inadimplência no pós-pandemia

Quatro dos cinco maiores bancos estatais da China disseram que aumentaram suas provisões contra dívidas inadimplentes para se preparar contra perdas futuras devido ao impacto global da pandemia do coronavírus.

Todos os cinco relataram suas maiores quedas nos lucros em pelo menos uma década e destacaram aumento nos empréstimos inadimplentes ao anunciar seus resultados semestrais neste domingo e na semana passada.

Os resultados destacam o impacto da pandemia e da desaceleração econômica sobre os bancos chineses, que no primeiro trimestre contrariaram a tendência global com lucros maiores e estabilidade nos empréstimos inadimplentes.

O Banco Agrícola da China disse que “espera-se que o impacto da epidemia e o risco

de incerteza sejam mais transmitidos ao setor bancário”, em seus resultados semestrais neste domingo.

O China Construction Bank Corp (CCB), o segundo maior credor do país em ativos, disse que planeja avaliar os riscos de crédito e aumentar as provisões, assim como declarou o Banco da China.

Ainda mais diretamente, o Banco de Comunicações da China disse na sexta-feira que aumentou “as provisões para conter o impacto futuro da pandemia”.

Enquanto a pandemia atinge as economias em todo o mundo, o Banco da China, o mais internacional dos grandes bancos estatais do país, disse que continuará se protegendo contra os riscos do mercado financeiro global no segundo semestre.

Exame

Israel e Hamas concordam em restaurar calma na fronteira de Gaza

Grupos militantes palestinos e Israel concordaram em encerrar o acirramento de tensões que durava semanas ao longo da fronteira da Faixa de Gaza, anunciaram nesta segunda-feira (31) o governo de Israel e o Hamas, grupo islâmico que governa Gaza.

Com o acordo, mediado por um enviado do Catar, o Hamas deve encerrar o lançamento de balões incendiários, e Israel encerraria os ataques aéreos, segundo uma autoridade palestina com conhecimento sobre o processo de mediação.

A agência israelense Cogat, que atua fazendo o contato com os territórios palestinos, confirmou que, após consultas de segurança lideradas pelo ministro da Defesa de Israel, Benny Gantz, o principal ponto de travessia de produtos para Gaza seria reaberto e pescadores poderiam retomar seus trabalhos em uma área de até 15 milhas náuticas.

Uma nota da agência disse que as decisões estavam “sujeitas à permanência da calma e da estabilidade da segurança”, mas alertou que se o Hamas falhasse em cumpri-las, Israel “agiria de acordo”.

O Hamas disse que entendimento iria facilitar o caminho para a implementação de projetos “que irão servir ao povo de Gaza, e aliviar o sofrimento em meio à onda de coronavírus”.

Palestinos e grupos humanitários pediram o fim do bloqueio liderado por Israel a Gaza, temendo ainda mais dificuldades após o primeiro surto de covid-19 no território na semana passada.

Israel diz que as restrições são necessárias por temores de segurança em relação ao Hamas, considerado uma organização terrorista pelo governo israelense.



Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Cartões de crédito em uso no país chegaram a 123 milhões em 2019



O mercado de cartões apresentou expansão expressiva em 2019, informou ontem (1º) o Banco Central (BC), as divulgar as Estatísticas de Pagamentos de Varejo e de Cartões no Brasil.

No fim do ano passado, havia 123 milhões de cartões de crédito e 132 milhões de cartões de débito ativos, representando aumento de 18% e de 14%, respectivamente, em relação a 2018.

Na comparação interanual, houve crescimento de 33% no número de transações com cartões de crédito e de 20% com os de débito. Segundo o BC, o percentual de transações não presenciais com cartões, tanto de débito quanto de crédito, continua aumentando e representa

1,6% do volume de transações com débito e 24,3% das operações com crédito.

Em relação às taxas pagas pelos lojistas, para o cartão de crédito, a taxa de desconto (cobrada a cada transação realizada na máquina de cartão) média reduziu-se de 2,54% no primeiro trimestre de 2018 para 2,30% no quarto trimestre de 2019, enquanto a tarifa de intercâmbio (percentual da taxa de desconto paga ao banco emissor do cartão) média manteve-se praticamente estável (de 1,62% no primeiro trimestre de 2018 para 1,65% no quarto trimestre de 2019).

De acordo com o BC, para o cartão de débito, a tarifa de intercâmbio média reduziu-se de 0,81% para 0,55%, permitindo a redução da taxa de desconto média de 1,45% para 1,21% no período, que-

da proporcionalmente superior à verificada para o cartão de crédito. “A queda na tarifa de intercâmbio média, nas operações de débito, deveu-se aos limites introduzidos no quarto trimestre de 2018 (Circular nº 3.887, de 26 de março de 2018), refletindo-se na diminuição da taxa de desconto média”, diz o BC.

Segundo o Banco Central, as transações por internet banking e mobile banking seguem em tendência de alta, com aumento de 4% e de 17%, respectivamente, em relação a 2018, e corresponderam a 76% do total de transações realizadas em 2019. O número de terminais de autoatendimento em operação, por sua vez, reduziu-se em cerca de 3%, encerrando 2019 em 171.284 terminais.

Kelly Oliveira/ABR

Setor de serviços recua 9,7% no segundo trimestre



Principal motor da atividade econômica brasileira e maior empregador do país, o setor de serviços amargou queda de 9,7% no segundo trimestre, o primeiro totalmente sob efeito da pandemia do novo coronavírus.

Foi o maior recuo desde o início da série histórica, iniciada em 1996, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O impacto foi maior nos segmentos que mais necessitam de atendimento presencial, como alimentação, hospedagem e lazer, por exemplo. O subsetor Outras atividades de serviços, onde elas se encaixam, teve queda de 19,8% no trimestre.

PIB do Brasil cai 9,7% no 2º trimestre com efeitos econômicos da pandemia, segundo IBGE

A economia brasileira registrou retração inédita de 9,7% no segundo trimestre de 2020 na comparação com os três meses anteriores, segundo dados divulgados nesta terça-feira (1º) pelo IBGE.

Esse foi o período mais intenso dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus, como mostraram também dados de outros países. A expectativa é que a economia tenha voltado a crescer no terceiro trimestre, mas há dúvidas sobre o ritmo de recuperação, principalmente por causa das sequelas no mercado de trabalho e da situação fiscal do país.

Em relação ao mesmo período de 2019, o PIB (Produto Interno Bruto) caiu 11,4%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série, iniciada em 1996, segundo o IBGE.

O IBGE também revisou o resultado do primeiro trimestre de uma queda de 1,5% para retração de 2,5%.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam retração de 9,2% na

comparação com o trimestre anterior e de 10,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

Com essas duas quedas, o PIB está no mesmo patamar do final de 2009, segundo o IBGE, auge dos impactos da crise global provocada pela onda de quebras na economia americana.

Segundo dados compilados pela OCDE, entre quase 30 economias que já divulgaram o resultado do segundo trimestre, a retração do PIB ficou em 9,5% na média. Entre os países membros da entidade, foi de 9,8%.

No acumulado em 12 meses, houve retração de 2,2%. As projeções de mercado para o resultado do ano são de queda de 5,28% em 2020, seguida por crescimento de 3,50% em 2021.

No acumulado do primeiro semestre, o PIB caiu 5,9% em relação ao mesmo período de 2019, primeira taxa semestral negativa desde 2017, quando o Brasil estava saindo da recessão de 2015 e 2016.

Eduardo Cucolo e Nicola Pamplona/
Folhapress

Já o subsetor Transporte, armazenagem e correio -que inclui desde motoristas por aplicativo a companhias aéreas- recuou 19,3%, o segundo pior desempenho do setor de serviços no trimestre.

O comércio, que no cálculo do PIB é incluído dentro do setor de serviços, fechou o trimestre em queda de 13%, também sob impacto do fechamento das lojas em todo o país.

O setor de serviços é responsável por cerca de 70% da composição do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, que despencou 9,7% no segundo trimestre. Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), concentra 47% dos tra-

balhadores formais do país.

Por isso, economistas relacionam a recuperação do emprego à retomada mais vigorosa das atividades desse setor. “A recuperação mais lenta do setor preocupa principalmente por seu peso no mercado de trabalho”, escreveram, no mês passado, analistas do banco UBS.

Entre os três grandes setores da economia, é o que tem apresentado menor dinamismo com o relaxamento das medidas de isolamento. Enquanto indústria e comércio começaram já em maio a se recuperar dos tombos recorde de abril, os serviços tiveram a primeira taxa positiva em junho, mas permaneceram perto do piso histórico.



Brasil já tem mais de 8 mil investidores em startups



Em 2018, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) fez uma análise sobre o ciclo de vida de 1.044 startups brasileiras. Das empresas de tecnologia analisadas na época, 30% encerraram suas operações no mesmo ano. Questionados sobre os motivos que levaram ao fim das empresas, 40% dos fundadores culpavam a dificuldade de acesso ao capital, um recurso fundamental para que qualquer startup consiga desenvolver seu produto até provar o seu modelo de negócio. Felizmente, essa realidade pode estar mudando, conforme aponta um estudo obtido com exclusividade pela EXAME.

Uma pesquisa feita com 268 investidores entrevistados durante os meses de

maio e junho deste ano pela Anjos do Brasil, organização que fomenta no país a prática do investimento-anjo, mostra que o volume desse tipo investimento em startups nunca foi tão alto no país. O investimento-anjo é aquele realizado no começo da operação de uma startup e que geralmente é de apenas alguns milhares de reais.

O valor aportado por investidores-anjo no Brasil mais do que dobrou na última década, passando de 450 milhões reais para pouco mais de 1 bilhão ao fim de 2019. Para este ano, espera-se uma queda de 10% no valor total, por conta da pandemia do novo coronavírus que fez com que os investidores fiquem mais receosos. Entre 2018 e 2019, essa cifra subiu 9%.

O valor médio investido também cresceu, passando de

85 mil reais em 2011 para 129 mil reais ao fim de 2019, alta de 44%. Em relação ao ano passado, o crescimento é bem mais tímido, de 2,3%. “Para que existam mais startups e para que elas sejam mais maduras, é preciso aumentar a pirâmide”, diz Cassio Spina, fundador da Anjos do Brasil. “Isso começa pela base.”

Se cruzados com dados de um estudo da consultoria Transactional Track Records (TTR), que calcula o valor dos investimentos que startups brasileiras receberam desde 2015, o investimento-anjo de 1 bilhão de reais realizado em 2019 já representa quase 11% do valor do total aportado em startups brasileiras no ano passado, contabilizando todos os tipos de investimento, feitos por investidores brasileiros ou não.

Exame

“O caminho do e-commerce é uma rota sem volta”, diz o CEO da OLX Brasil



“O caminho do e-commerce é uma rota sem volta. Ele veio para ficar”, destaca o holandês Andries Oudshoorn, CEO da plataforma online de classificados OLX Brasil. Ele demonstrou sua visão durante a live da IstoÉ Dinheiro nesta segunda-feira (31). Na conversa com o editor de Negócios da revista, Hugo Cilo, o executivo avalia o setor de compra e venda a distância antes da pandemia, durante a quarentena e os negócios da empresa em

Radar FintechLab registra um total de 771 fintechs no Brasil

O número total de fintechs e iniciativas de eficiência financeira em atuação no Brasil saltou para 771 em agosto deste ano, de acordo com a 9ª edição do Radar Fintechlab, que acaba de ser divulgada. A evolução representa um crescimento de quase 28% frente à edição anterior do estudo, que é produzido pelo Fintechlab, hub para conexão e fomento deste mercado.

O cofundador do FintechLab, Fábio Gonzalez, chama a atenção para o elevado número de novas iniciativas presentes nesta edição. “É um forte indício de que são startups que possuem menos de um ano de existência. Isso comprova mais uma vez que o ecossistema continua encontrando oportunidades para melhorar serviços e criar soluções novas muito fortemente influenciadas pelos avanços regulatórios, como o Open Banking e o PIX, por exemplo”, avalia ele.

A análise individual sobre o desempenho das diversas modalidades mostra que o setor de pagamentos manteve sua posição como principal motor do crescimento do ecossistema fintech brasileiro. O segmento reúne agora 190 empresas contra as 151 da versão anterior, o que representa um aumento de 26% em quantidade de representantes.

As iniciativas dedicadas à gestão financeira passaram a ocupar a segunda posição no ranking, com 122 marcas, ultrapassando as startups especializadas em empréstimos (114), tradicionais detentoras desta classificação.

O também cofundador do FintechLab, Marcelo Bradaschia, comenta que o significativo volume de novas fintechs detectadas pode estar sinalizando a consolidação de uma segunda onda de startups financeiras surgindo, já buscando uma adaptação ao novo ambiente de negócios que está prestes a ser iniciado.

Biznews



relação ao futuro, como a compra do ZAP, a Compra Segura e o OLX Pay. Oudshoorn é um dos principais responsáveis pela transformação do comércio eletrônico brasileiro nos últimos anos.

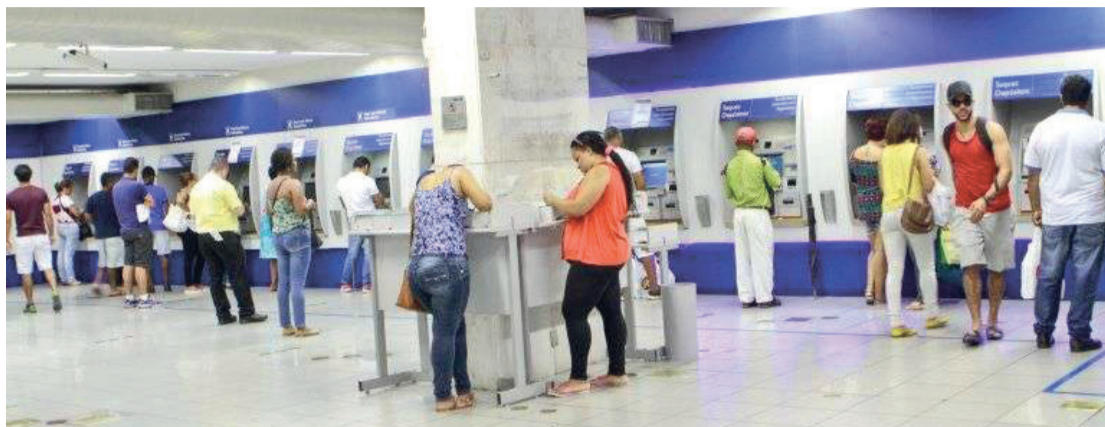
O executivo diz que a crise atual está acelerando novas mudanças de comportamento. Para ele, as pessoas entenderam o que era comprar itens usados e vem mudando a cultura de transacionar esses produtos. Em uma frase: o brasileiro aprendeu a desapegar. “Nas crises, as pessoas mudam de comportamento.

O Brasil tem muito a ganhar com o processo de digitalização. O momento é ideal”.

Oudshoorn desembarcou no Brasil em 2011 para lançar e escalar o Bomnegócio.com com investimento dos grupos Schibsted e Telenor. Desde a fusão entre Bomnegócio.com e OLX Brasil (do grupo Naspers), em 2015, ele trabalha para expandir a companhia para o universo dos pagamentos eletrônicos e se aproximar do maior concorrente, o Mercado Livre. “O ponto forte da OLX é ser bem simples”, avalia.

IstoÉDinheiro

Número de transações em agências bancárias cai 54,2% em 2019



A utilização de canais remotos para operações bancárias aumentou e os brasileiros foram menos às agências em 2019. O número de transações feitas de forma presencial, nas instituições financeiras, caiu 54,2% no ano, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira (1°).

No período, foram 3,7 bilhões de operações em agências e postos de atendimento, contra 8,2 bilhões em 2018. O uso de caixas eletrônicos também diminuiu, com 9,2 bilhões de transações, 7,3% a menos que no ano anterior.

Em contrapartida, o uso de canais remotos e telefo-

ne celular para realizar operações bancárias aumentou 11,4% no período. Em 2019, os brasileiros fizeram 56,7 bilhões de movimentações à distância, ante 50,7 bilhões no ano anterior.

O uso do celular para transferir dinheiro, conferir extrato ou pagar contas dobrou nos últimos quatro anos. Em 2016, foram 16,7 bilhões de transações -o número chegou a 33,9 bilhões em 2019.

Em 2019, eram 122 milhões de cartões de crédito ativos no país, crescimento de 18,7%. No período, havia 132 milhões de cartões de débito ativos, 14% a mais que no ano anterior.

Os cheques continuaram em trajetória de queda, com 550 milhões de unidades repassadas em 2019, redução de 13%. Foram 10,8 bilhões de operações com cartão de débito, 9,9 bilhões com cartão de crédito e 11,8 bilhões de transferências entre contas.

Em valores, os cheques também apresentaram queda de 9%, com R\$ 1,5 trilhão, mas ainda está acima das outras modalidades, como cartão de débito (R\$ 668 bilhões), de crédito (R\$ 1 trilhão) e transferência (R\$ 49,8 bilhões).

Larissa Garcia/Folhapress

Maioria das Bolsas da Europa fecha em queda, com pressão por dados fracos



A maioria das bolsas da Europa fechou o pregão desta terça-feira, 1° de setembro, em queda, com as praças locais bastante pressionadas por indicadores econômicos fracos divulgados ao longo da sessão. O índice pan-europeu Stoxx 600 encerrou o dia em queda de 0,35%, a 365,23 pontos.

Entre os dados anunciados, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) industrial da zona do euro caiu entre julho e agosto de 51,8 para 51,7, segundo pesquisa final divulgada hoje pela IHS Markit. Já a taxa de desemprego se elevou a 7,9% em julho.

Mas o resultado mais frustrante foi o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês), que inesperadamente caiu 0,2% na comparação anual de agosto, quando a expectativa era de alta de 0,2%.

O índice FTSE 100, da Bolsa de Londres, fechou o dia em queda de 1,70%, a 5.862,05 pontos, ajustan-

do ainda perdas da véspera, quando o mercado local esteve fechado devido a feriado. Só a British Petroleum caiu 1,70%, apesar do petróleo em alta. Entre os indicadores britânicos, o PMI subiu 55,2 em agosto, mas ficou abaixo da prévia de 55,3.

Seguiram as perdas o índice CAC 40, de Paris, de 0,18%, a 4.938,10 pontos, e o índice FTSE MIB, de Milão, de 0,20%, a 19.595,02 pontos.

O índice Ibex 35, de Madri, também fechou em baixa de 0,18%, a 6.956,90 pontos.

Outras praças, porém, conseguiram encerrar a sessão com ganhos. O índice Dax, de Frankfurt, subiu 0,22%, a 12.974,25 pontos, com os papéis da Volkswagen em alta de 0,88%. Para além de alguma ajuda das bolsas de Nova York no azul, por lá repercutiu a notícia de que o governo alemão reduziu sua estimativa para a queda do Produto Interno Bruto (PIB) do país neste ano, de 6,3% para 5,8%, segundo agências de notícias internacionais.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 - NIRE 35.300.446.666

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2020

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 03/08/2020, às 10h00, na sede social da Companhia, na Avenida Tucunaré, 550 - 1º andar - salas 101 e 102 e 2º andar - salas 201 e 202, Barueri-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, em decorrência da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Daniel Braga Sterenberg - Presidente; e Sr. André Jacques Levy - Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a abertura de duas novas filiais da Companhia na Cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais e; (ii) a transferência de endereço de uma filial já existente na Cidade de Extrema, Estado de Minas Gerais. **5. Deliberação:** Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do conselho de administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, na forma do parágrafo único, do artigo 2º do estatuto social da Companhia, aprovaram: **5.1.** A abertura de nova filial da Companhia, que exercerá suas atividades na Estrada Municipal Vargem do João Pinto, 450 - Complemento: Galpão 02 - Área Estok E, Bairro da Ponte Nova, CEP 37640-000, Extrema-MG. A nova filial terá capital destacado de R\$ 1,00 e explorará: (i) a comercialização, importação, exportação e a locação de móveis, utensílios ou objetos de uso pessoal, doméstico, esportivo, profissional, de decoração ou adorno, de entretenimento e artigos de tocador; (ii) a comercialização de móveis planejados; (iii) a prestação de serviços de instalação, montagem, locação e decoração, por conta própria ou de terceiros; (iv) a representação comercial por conta própria ou de terceiros, serviços de cadastramento, levantamento de dados; (v) a realização de operações imobiliárias de imóveis próprios; (vi) a participação em outras empresas, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, com ou sem controle acionário; (vii) a edição e comercialização de livros e revistas; (viii) a comercialização de eletroeletrônicos em geral; **5.2.** A abertura de nova filial da Companhia, que exercerá suas atividades na Estrada Municipal Vargem do João Pinto, 450 - Complemento: Galpão 02 - Área Estok R, Bairro da Ponte Nova, CEP 37640-000, Extrema-MG. A nova filial terá capital destacado de R\$ 1,00 e explorará: (i) a comercialização, importação, exportação e a locação de móveis, utensílios ou objetos de uso pessoal, doméstico, esportivo, profissional, de decoração ou adorno, de entretenimento e artigos de tocador; (ii) a comercialização de móveis planejados; (iii) a prestação de serviços de instalação, montagem, locação e decoração, por conta própria ou de terceiros; (iv) a representação comercial por conta própria ou de terceiros, serviços de cadastramento, levantamento de dados; (v) a realização de operações imobiliárias de imóveis próprios; (vi) a participação em outras empresas, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, com ou sem controle acionário; (vii) a edição e comercialização de livros e revistas; (viii) a comercialização de eletroeletrônicos em geral; **5.3.** A alteração do endereço da filial da Companhia localizada na Cidade de Extrema-MG, cuja abertura foi autorizada através da ata de R.C.A. devidamente arquivada na JUCESP sob o nº 396.123/19-3 em sessão do dia 19/07/2019 e registrada na JUCEMG sob o nº 7442303 em 26/08/2019, protocolo 193262258 - 26/07/2019, CNPJ 49.732.175/0092-10, de Rua Tiradentes, 172 - Sala 2 - 2º andar, Bairro Centro - CEP: 37640-000 para Estrada Municipal Vargem do João Pinto, 450 - Complemento: Galpão 02 - Área Estok P, Bairro da Ponte Nova, CEP 37640, Extrema-MG. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. **7. Certidão:** O presidente e o secretário da mesa certificam que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **8. Assinaturas:** Membros do conselho de administração presentes: Daniel Braga Sterenberg, André Jacques Levy, Fernando Cesar Dantas Portfírio Borges, Ghislaine Thérèse de Vault Dubrulle, Paul Edouard Dubrulle e Régis Edouard Alain Dubrulle. Mesa: Daniel Braga Sterenberg - Presidente; André Jacques Levy - Secretário. JUCESP - Registrado sob o nº 346.227/20-3 em 28/08/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Magna Sistemas Consultoria S.A.

CNPJ/MF 01.165.671/0001-75 - NIRE 35.300.194.209

Ata da Reunião do Conselho de Administração de 04/05/2020

Data, Hora e Local: 04/05/2020, às 9 horas, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. José de Miranda Dias. Secretário: Sr. Adriano José Jureidini Dias. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a aprovação da celebração, pela Cia, do 2º aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0319.1 ("2º Aditivo"), celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") e a Cia, com a intervenção de terceiros, em 10/07/2014, posteriormente aditado em 30/09/2015 ("Contrato BNDES") que formalizará, dentre outros: (a) a suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros compensatórios do crédito do Contrato BNDES por 06 meses, no período compreendido entre 15/04/2020 a 15/09/2020, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros, conforme previsto, respectivamente, nas cláusulas relativas à amortização e aos juros do Contrato BNDES, observados os limites de carência de juros e principal estabelecidos em legislação específica; e (b) que o montante que deixou de ser pago durante o período de suspensão, relativamente às parcelas do principal e dos juros compensatórios, será capitalizado a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela suspensão temporária de pagamentos em questão, incorporando-se ao saldo devedor do respectivo crédito. **Deliberações:** Após deliberação, os Conselheiros, sem quaisquer ressalvas ou restrições, por unanimidade, aprovaram, nos termos do Artigo 17, Alínea (xiii) e (xiv) do Estatuto Social da Cia, a celebração pela Cia do 2º Aditivo ao Contrato BNDES, que regulará os termos e condições para suspensão temporária de pagamentos de principal e juros compensatórios, pelo prazo de até três meses, dos valores devidos pela Cia no âmbito do Contrato BNDES. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes: São Paulo, 04/05/2020. Conselheiros: José de Miranda Dias, Adriano José Jureidini Dias e Celso Fernando Bozola. Mesa: José de Miranda Dias - Presidente e Adriano José Jureidini Dias - Secretário. Jucesp registrada sob nº 253.997/20-3 em 13/07/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

LPP III Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 15.274.359/0001-24 - NIRE 35.300.466.420

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2020

1. Data, hora e local: Em 11/05/2020, às 9:30 horas, na sede da "Companhia", na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, cj. 501, Ed. Pedro Mariz, Birman 31, Itaim Bibi, São Paulo-SP. **2. Convocação e presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** (i) Presidente: Dani Ajbyszyc; e (ii) Secretário: Rômulo Otoni Andrade. **4. Deliberações:** **4.1.** Foi consignado que, em 14/02/2020, foi aprovada, pela unanimidade dos acionistas, autorização de redução de capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, nos termos do caput do artigo 173 da Lei 6.404/76, no montante de até R\$442.837.970,00, com o consequente cancelamento de até 442.837.970 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A ata da referida assembleia foi publicada em 19/02/2020, no Jornal Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal e Gazeta de São Paulo. **4.2.** Foi aprovado, na presente data, sem ressalvas e por unanimidade, autorizar adicionalmente redução de capital social da Companhia, nos termos do caput do artigo 173 da Lei 6.404/76, no valor de até R\$ 125.000.000,00, com o cancelamento de até 125.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **4.3.** Dessa forma, o montante consolidado da redução autorizada passa a ser de, no máximo, R\$ 567.837.970,00, com o cancelamento de, no máximo, 567.837.970 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.482.095.147,00, representado por 1.482.095.147 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para, no mínimo, R\$914.257.177,00, representado por 914.257.177 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A proposta de redução aqui contida só se tornará efetiva (a) após o decurso do prazo de 60 dias contado da data da publicação da presente ata, durante o qual eventuais credores quirografários com título constituído até antes da publicação da ata poderão opor-se à proposta de redução de capital ora autorizada, na forma do § 1º do artigo 174 da Lei nº 6.404/76 ("Oposição de Credores"); e (b) mediante a realização de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, em que será determinado o montante em reais do capital social a ser efetivamente reduzido, bem como a quantidade de ações a serem canceladas, sendo certo que a redução de capital e o cancelamento de ações não poderão ultrapassar os valores ora submetidos à Oposição de Credores. **5. Encerramento:** A presente ata foi lavrada na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. São Paulo, 11/05/2020. Assinaturas: Mesa: Dani Ajbyszyc - Presidente; Rômulo Otoni Andrade - Secretário. Acionistas: GLP Investimentos III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia por GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda, p. Dani Ajbyszyc, Rômulo Otoni Andrade; GLP A Participações Ltda., p. Dani Ajbyszyc, Rômulo Otoni Andrade.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial
@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com.br



Negócios

Stone aumenta proposta para fusão com a Linx e reduz multas



A Linx e a Stone assinaram nesta terça-feira (1º) os termos revisados para o acordo vinculante de fusão entre as duas companhias assinado em agosto.

De acordo com os novos termos, se a operação for aprovada, os acionistas da Linx receberão uma parcela de R\$ 31,56 por ação e 0,0126774 ações classe A da StoneCo, negociadas na Bolsa de tecnologia Nasdaq, em Nova York. Essa relação corresponde a R\$ 35,10 por ação -a proposta anterior era de R\$ 33,76 por ação.

Além disso, o novo acordo também reduz o valor da multa compensatória combinada entre as partes no caso de descumprimento do acordo para R\$ 453,8 milhões -era de R\$ 605 milhões.

A multa compensatória

para o caso de não aprovação da operação pelos acionistas da Linx em assembleia geral (ainda a ser convocada) também, para R\$ 112,5 milhões -no acordo feito em agosto, esta multa era de 25% da multa anterior, o equivalente a aproximadamente R\$ 151,3 milhões.

“Os novos termos da Operação Stone representam uma melhoria em relação aos termos originalmente negociados entre as companhias”, afirmou a Linx em comunicado ao mercado.

As empresas também negociaram, em paralelo, novos termos nos acordos de não concorrência e não aliciamiento envolvendo os acionistas fundadores da Linx e da proposta de contrato de prestação de serviços envolvendo o presidente da companhia, Alberto Menache.

Segundo comunicado da Stone, entre as principais mudanças em relação aos acordos com Menache estão: a redução do prazo de contrato para um ano e retirada da remuneração em ações do pacote de remuneração anterior e a extensão do acordo de não concorrência para cinco anos, concedendo um total de 340.476 ações classe A da Stone (sendo um quinto por ano).

Ainda de acordo com o comunicado da Stone, também foram estendidos para cinco anos os acordos de não concorrência com o presidente do conselho de administração da Linx, Nécio José Monteiro Fernandes e com o sócio da companhia, Alon Dayan. As ações classe A concedidas nestes casos serão de 268.797 para Fernandes e de 56.759 para Dayan.

Isabela Bolzani/Folhapress

Aposta da Azul na aviação regional pode ser sua salvação na retomada

No lugar de aeroportos saturados em grandes cidades, municípios menores com uma infraestrutura mais enxuta. No lugar de longas viagens internacionais, turismo doméstico e mais próximo. A aposta da Azul na aviação regional, que é um foco desde sua criação e se intensificou durante a pandemia, pode ser uma grande vantagem com a retomada da demanda por voos.

A companhia acaba de lançar sua nova subsidiária para o mercado regional, a Azul Conecta, para ter ainda mais presença nesse setor. “A Azul sempre apostou na capilaridade. Sempre acreditamos que o Brasil é muito grande e com muitos mercados pouco servidos”, diz Marcelo Bento, diretor de relações com investido diretor de RI da Azul.

De acordo com ele, esse é um dos motivos que levaram a empresa a criar um

hub no aeroporto de Viracopos, em Campinas, SP. Os principais aeroportos do país, como Congonhas e Guarulhos, em São Paulo, e Santos Dumont, no Rio de Janeiro, são muito concorridos e saturados, sem espaço para aeronaves pequenas que voam a destinos regionais. “As pessoas não precisam só viajar para as cidades grandes, elas querem chegar ao Brasil inteiro”, afirma Bento.

O foco na aviação regional ficou ainda mais intenso a partir do começo deste ano. Em janeiro, a Azul anunciou a aquisição da Two Flex, companhia regional com 17 aviões no modelo Cesna Gran Caravan, um turboélice regional monomotor com capacidade para até nove assentos. De cerca de 104 cidades e destinos nacionais que a Azul opera, a aérea quer chegar a 150 até o final do ano e eventualmente a 200.

Exame



Qual a diferença do PIX para TED, boletos e cartões de débito e crédito?



O PIX é um meio de pagamento que vai enviar e receber dinheiro em questão de segundos, 24 horas por dia, em todos os dias do ano. Mas você sabe, de fato, como o pagamento instantâneo será diferente das formas de pagamento já existentes: TED, cartões e boletos? Pois essas diferenças são essenciais para saber o quanto a plataforma brasileira é inovadora e disruptiva e entender qual será o impacto dela nas suas finanças a partir de novembro.

O Banco Central anunciou que em outubro os consumidores já poderão se cadastrar para usar o PIX. O objetivo é que os mais diversos pagamentos passem a ser

tão fáceis, simples, intuitivos e rápidos quanto realizar um pagamento em dinheiro.

Na plataforma as transferências irão ocorrer diretamente da conta do usuário pagador para a conta do usuário que recebe o valor, sem a necessidade de intermediários. A rapidez acontece também por conta de uma simplificação nas informações necessárias, que as tornam mais convenientes. Atualmente uma transferência eletrônica de dinheiro demanda que o usuário passe várias informações para quem vai receber o valor.

Para usar o PIX, os pagadores poderão iniciar a operação por pelo menos três formas diferentes:

- utilização de chaves ou apelidos para a identificação da conta transacional, como o número do telefone celular, o CPF, o CNPJ; endereço de e-mail; ou EVP (número aleatório gerado pelo sistema, para quem não quiser dar um dos dados acima)

- QR Code (estático, usado em múltiplas operações; ou dinâmico, utilizado em apenas uma)

Todas as opções serão oferecidas pelos canais das instituições financeiras (bancos e fintechs) cadastradas no PIX. A instituição pode escolher oferecer a funcionalidade no internet banking, agências, apps no celular e até em lotéricas.

Exame